



PORTUGAL 2000



Exma Senhora,

A Presidência Portuguesa está a abrir a preparação do Conselho Europeu extraordinário a realizar em Lisboa nos dias 23-24 de Março de 2000.

Será um momento central na Linha de acção "Emprego, reformas económicas e coesão social – para uma Europa da inovação e do conhecimento".

Junto envio:

- A carta dirigida pelo Primeiro-Ministro português aos Membros do Conselho Europeu
- O Documento da Presidência
- Alguns relatórios importantes para a preparação deste documento.

Com os melhores cumprimentos, e ficando inteiramente à disposição.

Maria João Rodrigues

Professora Maria João Rodrigues
Consultora especial junto do Primeiro-Ministro
Coordenadora da Linha de Acção "Emprego, reformas económicas e coesão social" para a Presidência Portuguesa da U.E.

Secretariado: Isabel Cernich
Morada: Gabinete do primeiro-Ministro
Rua da Imprensa à Estrela, nº 4
1200-888 Lisboa
Tel.: (351) 21 392 35 34
Fax: (351) 21 396 50 98
E-mail: mrodrigues@pm.gov.pt

Lisboa, 17 de Janeiro de 2000



Um novo período está a abrir-se na construção europeia. A União Europeia ganha substância nas dimensões económica, social e política. Às grandes realizações do mercado único e da moeda única, juntam-se iniciativas no sentido da política externa e de segurança comum e de um espaço comum de liberdade, segurança e justiça. E o processo do alargamento está agora em marcha em toda a sua amplitude. São grandes passos históricos para a afirmação do projecto europeu.

Apesar da retoma económica, persistem graves problemas sociais como o desemprego, a exclusão social e os riscos de desequilíbrio futuro dos sistemas de segurança social que são, também, a expressão de dificuldades estruturais mais profundas, e que exigem reformas corajosas. Estas dificuldades são acentuadas pelos desafios incontornáveis colocados pela globalização, pela mudança tecnológica e pelo envelhecimento da população. O modelo social europeu só pode ser sustentado com a construção de novos factores competitivos e com a renovação desse próprio modelo social.



A Presidência Portuguesa decorre no ano 2000. Trata-se de um momento adequado para pensar e decidir para o longo prazo. É esta a intenção do Conselho Europeu Extraordinário que promoveremos em Lisboa a 23 e 24 de Março. Queremos actualizar a estratégia europeia para o crescimento, a competitividade e o emprego à luz das novas condições, assim como enriquecer o conteúdo do Pacto europeu para o emprego.

Há uma questão central que gostaria de colocar como ponto de partida. Um novo paradigma está a emergir: o da economia da inovação e do conhecimento, que estão a tornar-se na principal fonte de riqueza das nações, regiões, empresas e indivíduos. A Europa tem aqui atrasos significativos e deve definir a sua própria via para uma nova plataforma competitiva, combatendo também os novos riscos de exclusão social. É preciso combinar inovação com inclusão social.

Creio que temos condições para definir um novo objectivo estratégico para os próximos dez anos: fazer da União Europeia, à escala mundial, o espaço económico baseado na inovação e no conhecimento mais dinâmico e competitivo, capaz de elevar os níveis de crescimento económico, com mais e melhores empregos, e com mais coesão social.

Uma estratégia económica e social para renovar as bases do crescimento na Europa deve combinar as políticas macro-económicas, as reformas económicas e as políticas estruturais, as políticas activas de emprego, e ainda a modernização da protecção social.

A União Europeia dispõe hoje de processos institucionais organizados para desenvolver estas políticas, nomeadamente o processo de Colónia sobre as políticas macro-económicas, o de Cardiff sobre as políticas e reformas estruturais e o do Luxemburgo sobre políticas de

emprego. Não nos propomos, portanto, lançar um novo processo de Lisboa.

Promoverei o Conselho Europeu de Lisboa como um momento central numa linha de acção mais vasta no sentido de criar condições para:

- articular, simplificar e aprofundar os processos existentes, reforçando a sua coordenação tendo em vista um novo objectivo estratégico.
- acrescentar novas dimensões em áreas-chave como a preparação de uma economia da inovação e do conhecimento, o combate à exclusão social, a modernização da protecção social.
- desenvolver os métodos de coordenação que permitam concretizar, quantificar e verificar os objectivos e os instrumentos de política.

A especificação destes métodos poderá ser conduzido pelas diferentes formações do Conselho envolvidas, com o apoio da Comissão Europeia, como indispensável elemento catalisador. A definição de linhas directrizes, de indicadores e de boas práticas para benchmarking, com adaptação aos casos nacionais, permitirá desenvolver um método de coordenação aberta.

No que respeita à coordenação, um exercício particularmente importante será conduzido com base no novo conceito de grandes orientações de política económica, que permitirá uma melhor articulação entre as políticas macro-económica, as reformas económicas e as políticas de emprego.



É também minha intenção estimular o contributo dos parceiros sociais, promover o envolvimento do Parlamento Europeu e a audição do Comité Económico e social e do Comité das Regiões. O Forum de Alto Nível previsto para 2 de Junho, antes do Conselho Europeu de

19 e 20 de Junho será um momento de encontro e de partilha de responsabilidades entre estas várias entidades.

Para preparar o Conselho Europeu de Lisboa, faço agora a apresentação do Documento geral da Presidência e de alguns dos seus relatórios de apoio com vista a desenvolver um debate alargado. Para além dos comentários e contributos adicionais que pretendas enviar-me directamente, este debate decorrerá nas instâncias da União Europeia e será aberto à sociedade mais em geral. E será na base deste debate que serão preparadas as conclusões do Conselho Europeu de Lisboa.

Muitas condições parecem favoráveis para este impulso no sentido de um novo objectivo estratégico. Mas o seu sucesso depende também do empenhamento e vontade comum dos líderes europeus.

Certo de contar com o teu empenhamento e vontade comum, fico à inteira disposição para definirmos melhor esta linha de acção.

António Guterres
Primeiro Ministro



Prime Minister's Letter to the Members of the European Council

A new period is beginning in European construction. The European Union is gaining substance economically, socially and politically. Initiatives in the area of common foreign and security policy and a common area of freedom, security and justice add to the great achievements of the single market and the single currency. The enlargement process too is now in full swing. These are major historic milestones in the affirmation of the European project.

Despite the economic recovery, serious social problems continue to exist, such as unemployment, social exclusion and the risks of a future imbalance of the social security systems which are also the reflection of deeper-seated structural difficulties calling for courageous reform. These difficulties are heightened by the unavoidable challenges posed by globalisation, technological change and an ageing population. The European social model can only be sustained by building new competitive factors and the renewal of the social model itself.

The Portuguese Presidency takes place in the year 2000. It is an appropriate moment for long term thought and decisions. This is the aim of the Special European Council we will hold in Lisbon on 23rd and 24th March. We want to update the European strategy for growth, competitiveness and employment in the light of the new conditions, as well to enhance the content of the European Employment Pact.

There is a central issue which I would like to raise as a starting point. A new paradigm is emerging: that of the economy of innovation and knowledge, which is becoming the main source of the wealth of nations, regions, enterprises and people. Europe is lagging behind significantly and should define its own path for a new competitive platform while also fighting the new risks of social exclusion. It is necessary to combine innovation with social inclusion.

I believe that we have the conditions to define a new strategic goal for the next ten years: to make the European Union the world's most dynamic and competitive economic area, based on innovation and knowledge, able to boost economic growth levels, with more and better jobs and with greater social cohesion.

An economic and social strategy to renew the basis of growth in Europe must combine macro-economic policies, economic reform and structural policies, active employment policies, and the modernisation of social protection.



Institutional processes for the development of these policies, namely the Cologne process on macro-economic policies, the Cardiff process on structural policies and reforms and the Luxembourg process on employment policies, are now available to the European Union. Our intention is not, therefore, to launch a new Lisbon process.

I shall promote the Lisbon European Council as a key moment in a broader action line so as to create conditions for:

- Articulating, simplifying and extending the existing processes, through improved co-ordination in order to achieve a new strategic goal.
- Adding new dimensions in key areas such as preparing for an innovation and knowledge-based economy, combating social exclusion and modernising social protection.
- Developing co-ordination methods for formulating, quantifying and monitoring policy objectives and instruments.

These methods could be specified by the different Council formations involved, with the support of the European Commission as an indispensable catalyst. The definition of guidelines, indicators and best practices for benchmarking, adapted to national cases, will allow for an open method of co-ordination.

Regarding co-ordination, a particularly important exercise will be undertaken on the basis of the new concept of broad economic guidelines, which will improve the articulation between macro-economic policies and economic reform and employment policies.

I also intend to encourage the contribution of the social partners, promote the European Parliament's involvement as well the consultation of the Economic and Social Committee and the Committee of Regions. The High Level Forum planned for 2nd June, prior to the European Council on 19th

and 20th June will be a time to meet and share responsibilities among these entities.

I am now presenting the general Document of the Presidency together with some background reports in preparation for the Lisbon European Council so as to generate a far reaching debate. In addition to the comments and additional contributions you may wish to send me directly, this debate will take place at the European Union institutions and will be open to society in general. The conclusions of the Lisbon European Council will be prepared on the basis of this debate.

Many conditions seem to favour this surge towards a new strategic goal. But its success also depends on the commitment and common will of European leaders.

Confident that you share this commitment and common will, I am entirely at your disposal to better define this action line.



Fundação Cuidar o Futuro

Lisbon. 17 January 2000



**CONSELHO
DA UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 12 de Janeiro de 2000
(Or. P)**

5256/00

LIMITE

**SOC 18
AG 2
ECOFIN 7
MI 1
IND 1
RECH 1
EDUC 5**



DOCUMENTO DA PRESIDENCIA

Assunto: Emprego, reformas económicas e coesão social
- para uma Europa da inovação e do conhecimento

Fundação Cuidar o Futuro

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA

**"Emprego, reformas económicas e coesão social
– para uma Europa da inovação e do conhecimento"**



DOCUMENTO DA PRESIDÊNCIA

Lisboa, Janeiro de 2000

Fundação Cuidar o Futuro

I. ÍNDICE



1. COORDENAR ESFORÇOS PARA UM NOVO OBJECTIVO ESTRATÉGICO ...	4
1.1. Um novo objectivo estratégico	4
1.2. Uma estratégia afirmativa	4
1.3. Para um novo paradigma	5
1.4. Coordenar as políticas	5
2. PARA UMA ECONOMIA E UMA SOCIEDADE BASEADAS NA INOVAÇÃO E NO CONHECIMENTO	6
2.1. Uma política europeia para a sociedade da informação e do conhecimento	7
2.2. Construir uma sociedade educativa à escala europeia	9
2.3. Desenvolver um espaço europeu de C&T aberto ao mundo	10
3. AS REFORMAS ECONÓMICAS PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO	12
4. RENOVAR O MODELO SOCIAL EUROPEU: MAIS EMPREGOS E MAIS COESÃO SOCIAL	14
4.1 As políticas activas e a estratégia europeia do emprego	15
4.2 Modernizar a protecção social, consolidando a sua base de sustentação	16
4.3 Reforçar o combate à exclusão social	17
5. AS POLÍTICAS MACRO-ECONÓMICAS PARA UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	18
6. DOS MÉTODOS PARA GANHAR DIMENSÃO EUROPEIA	19
7. A COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA UMA ESTRATÉGIA EUROPEIA	21

1. COORDENAR ESFORÇOS PARA UM NOVO OBJECTIVO ESTRATÉGICO



1.1 Um novo objectivo estratégico

Na entrada do novo milénio, a Europa exige uma nova visão e uma estratégia de longo prazo. Retomando o que há de melhor nas suas tradições e valores, a Europa deve construir-se como uma civilização que assenta a sua prosperidade económica e social na valorização do conhecimento, da diversidade cultural e da coesão, e que desempenha um papel activo na promoção de uma ordem mundial mais equilibrada, pacífica e solidária.

Um novo objectivo estratégico deve ser definido para os próximos dez anos: fazer da União Europeia, à escala mundial, o espaço económico baseado na inovação e no conhecimento mais dinâmico e competitivo, capaz de elevar os níveis de crescimento económico, com mais e melhores empregos, e com mais coesão social.

1.2. Uma estratégia afirmativa

Um novo período está a abrir-se na construção europeia. A União Europeia ganha substância nas dimensões económica, social e política. Às grandes realizações do mercado único e da moeda única, juntam-se iniciativas no sentido da política externa e de segurança comum e de um espaço comum de liberdade, segurança e justiça. E o processo do alargamento está agora em marcha em toda a sua amplitude. São grandes passos históricos para a afirmação do projecto europeu.

Apesar da retoma económica, persistem graves problemas sociais como o desemprego, a exclusão social e os riscos de desequilíbrio futuro dos sistemas de segurança social que são, também, a expressão de dificuldades estruturais mais profundas, e que exigem reformas corajosas. Estas dificuldades são acentuadas pelos desafios incontornáveis colocados pela globalização, pela mudança tecnológica e pelo envelhecimento da população.

A estratégia económica e social da União Europeia não deve ser pensada só como resposta defensiva a estes desafios, mas como uma resposta afirmativa e criativa às novas oportunidades que se abrem. Trata-se de redefinir o papel da Europa na economia global, de construir outra plataforma competitiva, abrindo o caminho para novos e melhores empregos, e organizando este movimento com coesão social.

É preciso reconquistar as condições do pleno emprego, de um pleno emprego adaptado à sociedade emergente, mais aberta às opções das mulheres e dos homens europeus. Para isso, é preciso gerar uma dinâmica de crescimento que garanta para o conjunto da União Europeia uma taxa média anual sustentada de pelo menos 3%.

1.3. Para um novo paradigma

A estabilidade macro-económica é fundamental para consolidar o euro e para garantir um crescimento sustentável. É agora, também, preciso estimular uma cultura de dinamismo e de iniciativa empresarial e uma cultura de reforço da coesão social. A melhor conjuntura económica actual cria o momento adequado para se empreenderem as reformas necessárias.

À escala planetária, as nações procuram progredir num difícil equilíbrio entre abertura, diversidade e coesão. No quadro da globalização, cada vez mais empresas definem as suas estratégias ao nível mundial e cada vez mais movimentos de capitais são accionados pelos grandes centros financeiros, em função da competitividade das nações e das empresas. Ora, esta depende cada vez mais da capacidade de responder de forma rápida e inovadora às necessidades mais personalizadas que se exprimem nos mercados. Para este efeito, enormes quantidades de conhecimento têm de ser produzidas e difundidas, o que tem sido possibilitado pela revolução em curso das tecnologias da informação e da comunicação.

Um novo paradigma está a emergir. Não se trata apenas de uma revolução tecnológica, mas de uma alteração maior nas trocas sociais de conhecimento com impacto em todas as instituições, desde a escola à empresa, dos serviços públicos aos media. Está em curso a transição para uma sociedade e uma economia da inovação e do conhecimento.

A inovação e o conhecimento estão a tornar-se cada vez mais na fonte decisiva de riqueza e, também, na principal fonte de diferença entre nações, empresas e pessoas. Surgem, assim, novas oportunidades para redefinir a competitividade europeia e criar novos empregos, mas também novos riscos de exclusão social.

1.4. Coordenar as políticas

Fundação Cuidar o Futuro

Ainda que com algumas áreas de indesmentível sucesso, a Europa tem atrasos significativos nesta transição para a economia baseada na inovação e no conhecimento. Esse atraso manifesta-se na produção e na difusão de muitas dessas tecnologias de informação, mas também na adaptação das relações e instituições sociais ao novo potencial que essas tecnologias abrem. Enquanto essa adaptação ao novo paradigma não ocorrer, haverá défice de crescimento económico e riscos acrescidos de desemprego e exclusão social.

É necessário acelerar a mudança tecnológica, mas também as reformas institucionais. Há que aprender mais depressa com as boas práticas, mas também criar novas boas práticas. É também necessário inovar no método político.

Uma estratégia económica e social para renovar as bases do crescimento na Europa deve combinar as políticas macro-económicas, as reformas económicas e as políticas estruturais, as políticas activas de emprego, e ainda a modernização da protecção social.

A União Europeia dispõe hoje de processos institucionais organizados para desenvolver estas políticas, nomeadamente o processo de Colónia sobre as políticas macro-económicas, o de Cardiff sobre as políticas e reformas estruturais e o do Luxemburgo sobre políticas de emprego. Não nos propomos, portanto, lançar um novo processo de Lisboa.

Mas entendemos o Conselho Europeu de Lisboa como um momento privilegiado no sentido de criar condições para:

A/ Articular, simplificar e aprofundar os processos existentes, reforçando a sua coordenação tendo em vista um novo objectivo estratégico.

B/ Acrescentar novas dimensões em áreas-chave como a preparação de uma economia da inovação e do conhecimento, o combate à exclusão social, a modernização da protecção social.

C/ Desenvolver os métodos de coordenação que permitam concretizar, quantificar e verificar os objectivos e os instrumentos de política.

E esses métodos podem ser diversos. Exemplificando: no caso da protecção social, a análise conjunta, a cooperação e a troca de boas práticas; ou, no caso da política para a sociedade da informação, a definição de linhas directrizes ao nível europeu, de planos nacionais e de um processo de *benchmarking* com indicadores de referência permitindo a comparação intra-europeia e com outros espaços. Trata-se de um método aberto de coordenação que permite combinar coerência com respeito da diversidade nacional. Trata-se de aprender mais depressa a responder à mudança estrutural.

O desenvolvimento destes métodos terá de ser apoiado nas suas várias fases pela Comissão Europeia, como indispensável elemento catalisador.

A Europa tem de descobrir a sua própria via para construir uma sociedade e economia baseada na inovação e no conhecimento. A Europa dispõe de um rico património científico e cultural e de uma vasta capacidade de criação de novos conhecimentos. A via europeia deve abrir as oportunidades de acesso ao conhecimento, deve valorizar a diversidade cultural e deve aproveitar esta transição para melhor forjar a própria identidade europeia, a identificação dos cidadãos com um projecto europeu que eles próprios irão debruçar-se sobre.

Uma via que se alicerça na progressiva construção de um espaço público europeu, no exercício da cidadania europeia e na promoção do diálogo com os diferentes actores, com destaque para os parceiros sociais. Uma expressão desta atitude estará no *Forum* de Alto Nível, a promover em Junho, reunindo representantes dos governos, da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu, dos parceiros sociais, do Comité Económico e Social e do Banco Central Europeu.

Uma grande transformação está em curso na Europa. Cabe a nós, europeus, com a nossa criatividade e vontade política, procurar dar-lhe forma.



2. PARA UMA ECONOMIA E UMA SOCIEDADE BASEADAS NA INOVAÇÃO E NO CONHECIMENTO

Face à revolução digital, a resposta europeia, à semelhança da americana, começou por focalizar-se nas tecnologias de informação, depois nas auto-estradas da informação, e em seguida na sociedade da informação. Hoje começa a perceber-se claramente que o problema não é só de informação, mas de conhecimento e inovação, e não é só de evolução tecnológica, mas, também, económica e social.

Todas as sociedades se baseiam no conhecimento. O que há de novo é que as tecnologias da informação e da comunicação estão a mudar a natureza do processo de acumulação do conhecimento. Os equipamentos, os produtos e os serviços incorporam cada vez mais conhecimento. A matéria prima do trabalho é, cada vez mais, conhecimento. Mas muitos dilemas estão ainda em aberto no novo paradigma emergente: como desenvolver os segmentos estratégicos das novas cadeias de valor que estão em organização ao nível mundial? Como permitir a diversidade cultural na construção em curso do ciberespaço? Como estimular a inovação não só de processo, mas de produtos e serviços, para intensificar a criação de emprego? Como apetrechar os trabalhadores para uma evolução muito mais rápida das actividades profissionais? Como fazer face a novas desigualdades sociais?

É tendo em conta o significado amplo do novo paradigma e os dilemas em aberto, que a estratégia europeia a definir deve:

A/ Criar uma dinâmica puxada pela procura estimulando a inovação de produtos e serviços, respondendo a necessidades dos cidadãos e influenciando as escolhas tecnológicas do lado da oferta.

B/ Criar outra plataforma competitiva em infra-estruturas, em *hardware* e *software*, em conhecimentos disponíveis, em capacidade empresarial e em mais empregos qualificados - o que exige uma grande aceleração do investimento imaterial.

C/ Integrar horizontalmente a preocupação com a inclusão social.

D/ Ter um papel proactivo na organização do ciberespaço (negociação actual sobre comércio electrónico, registo de domínios na Internet).

Além disto, o desenvolvimento generalizado de competências científicas e técnicas deve ser visto como um factor essencial para a política de emprego na Europa. O reforço e a actualização de competências científicas e tecnológicas e a generalização de competências em tecnologias da informação são elementos centrais na criação de emprego qualificado e na construção de uma base económica e social competitiva. Para a concretização destes objectivos, deve destacar-se o papel da cultura científica e tecnológica de toda a população, a par da exigência no desenvolvimento científico e tecnológico avançado suportado numa política europeia de I&D forte e aberta.

É neste quadro alargado que a política para a sociedade da informação e do conhecimento é indissociável da política de C&T, da política de educação e formação e deve, ainda, articular-se com as políticas de apoio à inovação (v. ponto 3).

2.1. Uma política europeia para a sociedade da informação e do conhecimento

Do lado da procura de conhecimento, esta política deve:

A/ Encorajar a inovação em produtos e serviços com mais conteúdo em conhecimento, que possam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (nos transportes, no turismo, no ambiente, na administração pública, na saúde e no apoio aos idosos). Esta é uma grande fronteira a explorar para multiplicar a criação de empregos.



B/ Acelerar a difusão, nas empresas, das tecnologias de informação ligadas aos sistemas de produção flexível, ao comércio electrónico, ao teletrabalho, à telemedicina, assim como das metodologias de gestão da informação e do conhecimento.

C/ Melhorar a qualificação dos trabalhadores para lidar com as tecnologias de informação, adoptando um referencial de competências básicas, construindo uma rede europeia de centros abertos de aprendizagem com tecnologias multimedia e à distância, e estimulando nas empresas a formação contínua e a adopção de organizações qualificantes. Um “passaporte europeu” para as tecnologias da informação deve constituir um objectivo prioritário. Trata-se de impulsionar aquisição e certificação de competências básicas em tecnologias de informação pela generalidade da população europeia e, obrigatoriamente, pelas novas gerações de estudantes.

D/ Difundir as tecnologias de informação em todo o sistema de educação e formação, equipando todas as instituições com computadores ligados à Internet e com pessoal convenientemente formado.

E/ Fornecer orientação e apoio educativo e profissional para estimular a adaptação de todos às novas exigências da sociedade da informação e do conhecimento, com particular atenção para as categorias em risco de maior exclusão social.

F/ Modernizar os serviços públicos tirando partido das tecnologias de informação para melhorar o acesso à informação e à prestação de serviços aos cidadãos e às empresas.

Do lado da oferta de conhecimento, esta política deve:

A/ Reforçar as redes europeias para a produção de I&D, aprofundando a cooperação e coordenação não só com base no Programa-Quadro, mas ainda através de todos os outros programas de cooperação científica e tecnológica internacional (“Eureka”, “Cost”), das organizações científicas intergovernamentais (ESA, CERN, EMBL, ESRF, etc.) e também dos próprios programas nacionais.

B/ Desenvolver as indústrias de conteúdos e criar uma base de conteúdos de acesso público. Para este fim, será fundamental a adopção de medidas que promovam a digitalização e a acessibilidade de toda a informação de interesse público e a disponibilização à indústria de conteúdos detidos pelo Estado, com vista à produção de valor acrescentado.

C/ Desenvolver os instrumentos de *software* para a comunicação e a produção de conhecimento (designadamente em matéria de processamento computacional das línguas naturais, com vista à expansão do intercâmbio entre línguas e culturas, das indústrias de conteúdos, do comércio electrónico, da telemática educativa, etc.).

D/ Acelerar a construção das redes transeuropeias de telecomunicações em banda larga (liberalização, definição de padrões, interoperabilidade) e promover a sua acessibilidade em condições internacionalmente competitivas.

A Iniciativa Europeia “E-Europe”, recentemente proposta pela Comissão Europeia, assim como a sua Comunicação sobre “A estratégia de emprego na sociedade de informação”, devem servir de catalisadores para o Plano de Acção a ser preparado de imediato pela Presidência e pela Comissão, como decidido no Conselho Europeu de Helsínquia.



No Conselho Europeu de Lisboa serão apreciados os objectivos e as orientações deste Plano de Acção, de forma a permitir a elaboração, pela Presidência e pela Comissão, dos indicadores de *benchmarking* a adoptar em iniciativas nacionais para a sociedade da informação e do conhecimento, em vigor a partir de 2001, de acordo com o método de coordenação aberta entre Estados Membros, a aprovar no Conselho Europeu da Feira do mês de Junho.

Urge desenvolver indicadores de referência que apoiem processos de *benchmarking* associados a avanços políticos reais. A adopção de um Plano para a Sociedade da Informação e do Conhecimento deve mobilizar firmemente a Europa para a concretização de metas identificáveis e para a difusão de boas práticas. Este Plano de Acção Europeu deve inspirar planos nacionais integrados nas estratégias nacionais de desenvolvimento e articulado com os respectivos planos nacionais para o emprego.

2.2. Construir uma sociedade educativa à escala europeia

As políticas europeias de educação e formação têm que estar para além das sucessivas reformas dos sistemas existentes. Tem que se traçar como objectivo construir um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida e fazer emergir uma sociedade educativa (*learning society*) com oportunidades para todos. Sem sociedade educativa, a transição para uma economia baseada no conhecimento provocará novas fracturas e novas formas de exclusão social.

Uma sociedade educativa deve estar organizada para fornecer respostas diversificadas e apropriadas aos mais diferentes grupos-alvo: jovens, adultos desempregados, trabalhadores em risco, mas também empresários, quadros médios e superiores, não esquecendo a grande massa dos trabalhadores que deve aceder a reais oportunidades de formação ao longo da vida. Esta é, também, uma área privilegiada de intervenção dos parceiros sociais, porque não pode haver aprendizagem ao longo da vida sem o envolvimento das empresas. Esta deveria ser igualmente uma preocupação central das políticas de juventude na União Europeia.

Além disso, é preciso direccionar as políticas de educação e formação para sustentarem a criação de uma grande massa de empregos qualificados. Este potencial existe já hoje. Mas estes empregos só serão efectivamente criados se existirem recursos humanos qualificados para os preencherem.

A diversidade dos sistemas de educação e formação é grande entre Estados Membros, mas, apesar dos objectivos mais gerais de desenvolvimento pessoal, social e cultural dos cidadãos, são comuns as preocupações quanto à relevância das formações face às exigências dos novos empregos. Com este objectivo será necessário reforçar o contributo da educação e da formação para as linhas directrices do emprego no âmbito do processo do Luxemburgo, no sentido de responder a problemas comuns, como sejam:

A/ Fazer evoluir as escolas e os centros de formação para centros de aprendizagem, utilizando as metodologias mais adequadas para responder a uma maior diversidade de grupos-alvo. Promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino e de formação e valorizar também novos espaços de aprendizagem.

B/ Incentivar a mobilidade de estudantes, professores e formandos, nomeadamente através do reconhecimento de diplomas e períodos de estudos e formação.

C/ Equipar estas instituições com equipamento informático e ligação à Internet e dotar estas instituições de professores e outros especialistas com formação actualizada e adequada aos objectivos.

D/ Renovar a produção de conteúdos em ligação ao desenvolvimento curricular e promover o desenvolvimento generalizado de competências científicas e técnicas como base essencial para a criação de empregos qualificados.

E/ Desenvolver os processos de orientação escolar e profissional para todos, baseado na identificação das necessidades de formação.

F/ Criar sistemas flexíveis de validação de adquiridos.

G/ Instituir novas formas de financiamento e de gestão do tempo que facilitem o acesso à educação e à formação ao longo da vida.

Os programas da iniciativa da Comissão Europeia, “Sócrates” e “Leonardo da Vinci” serão lançados na Conferência de Ministros da Educação e do Trabalho e Assuntos Sociais a realizar em 17-18 de Março. Com estes Programas estimular-se-á a dimensão europeia da educação e da formação, com base na organização de redes de intercâmbio, na produção de conteúdos e referenciais comuns, na identificação de necessidades de formação e na promoção da mobilidade e das equivalências entre diplomas. Esta acção fundamental deve ser reforçada, mas o seu alcance será ainda maior se for complementada com um método aberto de coordenação entre Estados Membros.

O Conselho Europeu de Lisboa deverá impulsionar:

A/ A definição do contributo das políticas de educação para as políticas de emprego no âmbito do processo do Luxemburgo.

B/ Outras formas de coordenação entre Estados Membros, nomeadamente, quanto à mobilidade de professores, estudantes e formandos e quanto à possibilidade de definição de uma Carta Europeia de competências básicas, com impacte na renovação curricular. A população europeia e, em particular, os jovens, devem aceder massivamente a competências básicas, como sejam: saber aprender e resolver problemas, desenvolver o espírito científico e as competências técnicas, usar tecnologias de informação, falar outras línguas, desenvolver capacidade de iniciativa e espírito empresarial, exercer uma cidadania activa, livre e responsável.

2.3. Desenvolver um espaço europeu de C&T aberto ao mundo

A política europeia de C&T tem passado por fases sucessivas: primeiro centrou-se nos grandes projectos de investigação fundamental conduzidos à escala europeia, depois nos grandes projectos europeus de carácter pré-competitivo e, mais recentemente, tem vindo a orientar-se para a investigação ligada à inovação empresarial. Num balanço geral, e apesar de grandes disparidades nacionais, a situação actual apresenta insuficiências significativas numa comparação UE/EUA:

- Condições limitadas para a investigação fundamental inovadora.
- Reduzida sensibilidade da investigação pública às necessidades do mercado.
- Reduzido peso do sector privado nas actividades de C&T.



- Fragilidade das interfaces entre oferta e procura de C&T.
- Reduzido esforço de promoção da cultura científica e tecnológica.
- Incipiente capacidade institucional para a condução de políticas europeias de C&T.

Mas o património e a capacidade europeia são abundantes e a Europa deve ambicionar colocar-se na vanguarda da produção de conhecimentos científicos. Isso é fundamental para renovar a base económica do emprego. Para isso deve organizar-se a dois níveis distintos:

- O da investigação fundamental, onde é preciso ganhar dimensão europeia para retirar efeitos de escala e de gama. Isto exige organizar um espaço europeu de investigação com base em redes de trabalho conjunto e de utilização de infra-estruturas comuns, que permitam superar a actual situação de fragmentação e de sobreposição entre instituições nacionais. O Programa-Quadro de I&D deveria servir como estimulador destas redes, em coordenação com outros instrumentos de política.
- O da investigação aplicada e desenvolvimento, onde é preciso estimular a I&D empresarial, internacionalizar mas também aprofundar o entrosamento com as empresas e os sistemas regionais e locais de inovação, valorizando a diversidade de factores competitivos na Europa, tanto no caso das indústrias de ponta, como no das indústrias tradicionais em modernização, ou como no dos serviços.

A articulação entre estes dois níveis, à escala europeia, deve responder a novas oportunidades. A criação de mecanismos de coordenação mais eficazes revela-se hoje necessária em múltiplas áreas: oceanos, meteorologia, etc.

Apontam-se, assim, as seguintes prioridades:

A/ Intensificar a coordenação europeia incidindo sobre as diferentes formas de organização dos sistemas de C&T, combinando recursos locais, sectoriais e internacionais no sentido de melhor produzir, difundir e adaptar conhecimentos e de explorar novas oportunidades de desenvolvimento científico e tecnológico, revendo as actuais instâncias de coordenação ou criando entidades europeias apropriadas.

B/ Criar uma rede transeuropeia de transmissão de dados de alta velocidade e custo de utilização reduzido, como suporte à construção efectiva de um espaço europeu de ciência. Esta rede de grande largura de banda deverá suportar não só o desenvolvimento da cooperação europeia em C&T, mas ainda a cooperação entre escolas e centros de formação, bibliotecas e centros e museus de ciência.

C/ Criar as condições para dar um grande impulso à mobilidade do pessoal de C&T e para abrir os sistemas europeus ao intercâmbio com o exterior. A Europa tem de reforçar o seu papel de grande centro mundial de produção de I&D, plenamente inserido nas grandes redes mundiais e com capacidade de atrair novos talentos em todo o mundo.

D/ Promover a cultura científica e tecnológica dos cidadãos europeus, estimulando-se a cooperação entre instituições de investigação e escolas, incentivando a produção coordenada multilíngue de conteúdos de natureza científica, promovendo a sua exportação para fora da Europa e reforçando a atractividade das profissões científicas e tecnológicas.



Com base na Comunicação da Comissão sobre “O Espaço Europeu de Investigação”, o Conselho Europeu de Lisboa deverá precisar os objectivos comuns europeus de médio prazo e preparar decisões sobre as novas iniciativas europeias em C&T, assim como as formas e instrumentos de coordenação das políticas nacionais de C&T.

3. AS REFORMAS ECONÓMICAS PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO

A criação do mercado único europeu tem sido essencial para a construção europeia. A progressiva redução de barreiras à livre circulação de bens e serviços, combinada com a política de concorrência e os processos de privatização, têm vindo a produzir resultados muito estimulantes para as empresas e para os consumidores em múltiplos sectores, bastando referir o caso recente das telecomunicações. A base económica do emprego tem vindo a ser profundamente renovada.

Mas este esforço tem de prosseguir, tal como indicado na recém aprovada “Estratégia para o mercado interno”, complementado pelo processo de Cardiff de reformas económicas, no sentido, não só de melhorar o funcionamento dos mercados, mas, também, de criar novos factores competitivos, aumentar o potencial de inovação e desenvolver o espírito empresarial. Os mercados europeus têm de se adaptar às perspectivas abertas por uma economia baseada na inovação e no conhecimento.

O Conselho Europeu de Lisboa deve:

- **Consagrar um método aberto de coordenação para impulsionar o processo de Cardiff, organizando um processo de *benchmarking* em torno de boas práticas relativas a prioridades definidas ao nível europeu e tirando partido das iniciativas lançadas pela Comissão Europeia, como é o caso do “Plano de Acção para os serviços financeiros”, do “Plano de acção para o capital de risco”, da proposta relativa à patente europeia e das iniciativas relativas à política de apoio às empresas.**
- **Definir as orientações para a elaboração de uma Carta Europeia das microempresas, para apreciação final no Conselho Europeu da Feira, como forma de estimular este novo potencial de criação de emprego.**



Em relação ao processo de Cardiff, identificam-se as seguintes prioridades:

A/ Multiplicar as possibilidades de trocas comerciais com base no desenvolvimento das telecomunicações e do comércio electrónico.

B/ Melhorar a logística e a rede de transportes por forma a corresponder à multiplicação de trocas comerciais.

C/ Modernizar os serviços públicos, nomeadamente utilizando diversas modalidades de parceria público-privado.

D/ Acelerar a integração dos mercados financeiros, dando pleno seguimento ao “Plano de Acção para os serviços financeiros”.

E/ Melhorar a sensibilidade dos mercados financeiros ao valor do investimento imaterial e em conhecimento.

F/ Incentivar o acesso ao capital de risco ao nível europeu e ao nível local, dando pleno seguimento ao “Plano de acção para o capital de risco”.

G/ Criar um sistema de patente europeia única e organizar os mercados de *know-how* tecnológico.

H/ Estimular a iniciativa e o desenvolvimento empresarial.

É necessária, também, uma acção específica dos Estados Membros e da Comissão Europeia para estimular as redes e as dinâmicas de inovação: inovação empresarial, inovação financeira, inovação em recursos humanos e mecanismos mais eficazes de transferência tecnológica. É preciso sinalizar uma nova fronteira a explorar pela iniciativa empresarial: a de bens e serviços com mais conteúdo em conhecimento, respondendo a novas necessidades. Muitos empregos de qualidade podem ser criados por esta dinâmica.

Um outro importante impulso para a competitividade e o emprego virá da definição em curso da política de apoio às empresas, com vista à preparação do novo Plano Plurianual. Esta política deverá enfatizar as seguintes prioridades:

A/ Apoio à incorporação de novas tecnologias e criação de serviços intensivos em conhecimentos de apoio às empresas.

B/ Desenvolvimento de *clusters* e de redes de inovação.

C/ Estímulo às relações de parceria e ao associativismo, do nível local ao nível internacional.

D/ Inovação organizacional e novas ferramentas de gestão do conhecimento.

E/ Desenvolvimento dos procedimentos de certificação ligados à promoção da qualidade total.

F/ Instrumentos financeiros adaptados.

G/ Modalidades adaptadas de formação de recursos humanos.

H/ Simplificação dos procedimentos administrativos e modernização dos serviços públicos de apoio.

É também importante atender às necessidades específicas em cada caso-tipo. Exemplificando:

- As PME's de elevado nível tecnológico suscitam necessidades de desenvolvimento e modalidades apropriadas de acesso ao mercado de capitais e a capacidades tecnológicas complementares.

Os criadores de empresas devem ser multiplicados com base no reforço do capital de risco, do apoio técnico e logístico e da simplificação dos procedimentos e obrigações.



Fundação Cuidar o Futuro

- As microempresas, além da simplificação dos procedimentos e obrigações, podem encontrar promissoras perspectivas com o desenvolvimento do comércio electrónico e a valorização das redes e identidades locais. Este novo potencial de criação de microempresas e de proliferação da pequena iniciativa empresarial deveria ser impulsionado pela Carta Europeia das Microempresas.

4. RENOVAR O MODELO SOCIAL EUROPEU: MAIS EMPREGOS E MAIS COESÃO SOCIAL

A União Europeia definiu já, nomeadamente no âmbito da Estratégia Europeia para o Emprego, as grandes prioridades para o objectivo emprego. O duplo objectivo estratégico de combater o desemprego e elevar a taxa de emprego requer:

- Criar emprego no sector dos serviços, onde a Europa regista importantes défices e oportunidades de crescimento.
- Inverter decisivamente a tendência para saídas precoces do mercado de trabalho, favorecendo o emprego dos trabalhadores mais idosos.
- Elevar a taxa de emprego feminino, favorecendo a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e as acções positivas a favor do emprego das mulheres.

Aproveitar este potencial de emprego requer, também, avaliar o modelo social europeu. O modelo social europeu é um dos valores fortes do projecto europeu. Mas há dois requisitos para a sua persistência no contexto da globalização: renovar a sua base económica construindo novos factores competitivos, e modernizar a própria configuração do modelo social europeu. É isto que permitirá encontrar uma nova síntese com mais empregos e mais coesão social.

Perceber as dificuldades contemporâneas do modelo social europeu e encontrar-lhes soluções requer partir de um conceito amplo de bem estar social. O bem estar social não é só garantia de rendimento face a riscos sociais. O bem estar social assenta, também, em serviços pessoais, na qualidade do trabalho e nas oportunidades de vida. E tudo isto contribui para a coesão de uma sociedade.

É necessário adoptar uma estratégia positiva de renovação do modelo social europeu:

- Visando a elevação dos níveis de emprego e a criação de oportunidades de emprego para todos.
- Combinando os princípios da iniciativa, da responsabilidade, da justiça social e da solidariedade.

Este esforço de renovação deve envolver não só as autoridades públicas, mas todos os restantes actores aos diferentes níveis, com destaque para os parceiros sociais e para o papel do diálogo social europeu. Os contributos aqui obtidos poderão ser utilizados para o desenvolvimento de uma agenda social europeia, em termos a concretizar durante a Presidência Francesa.



Novas formas de regulação do mercado de trabalho devem ser desenvolvidas, recombinao flexibilidade e segurança, tema que requer uma forte contribuição dos parceiros sociais. Para além dos desenvolvimentos obtidos no domínio das condições de trabalho e dos padrões mínimos, é preciso:

- Reforçar o papel das políticas activas de emprego.
- Modernizar os sistemas de protecção social, consolidando a sua base de sustentação.
- Aumentar a eficácia das políticas de combate à exclusão social, que devem garantir uma resposta quando as precedentes falham.



4.1. As políticas activas e a estratégia europeia do emprego

O processo do Luxemburgo tem dado um importante contributo ao reforço das políticas activas de emprego no quadro da estratégia europeia do emprego.

Durante a Presidência Portuguesa terá lugar a avaliação intercalar do processo do Luxemburgo. Esta avaliação deve contribuir para uma maior racionalização das linhas directrizes e para uma maior concretização de indicadores, mas deveria, também, incidir sobre uma reflexão de tipo estratégico. Não se trata de proceder à revisão das linhas directrizes, mas antes de explorar as sinergias entre linhas directrizes e entre estas e as grandes orientações macro-económicas. Trata-se, ainda, de afinar as metodologias de envolvimento de outros actores, em particular os parceiros sociais.

O Conselho Europeu de Lisboa deverá apontar orientações para esta avaliação intercalar.

Do ponto de vista da criação de emprego e da renovação do modelo social europeu, quatro temas devem merecer um esforço prioritário.

A/ Melhorar a eficácia das políticas activas de emprego no sentido da empregabilidade. Garantir uma resposta precoce, utilizar as tecnologias da informação nos serviços de emprego, diversificar alternativas e utilizar plenamente o nível local, são factores fundamentais de sucesso. É particularmente importante afinar programas que permitam a reconversão directa de desempregados para as qualificações em défice no mercado de trabalho.

B/ Reforçar as sinergias entre adaptabilidade e educação e formação ao longo da vida. O desenvolvimento de organizações qualificantes, o recurso à rede formativa envolvente, a gestão do tempo de trabalho, a rotação formação-emprego e a partilha dos custos, deveriam ser temas centrais de redefinição do contrato de trabalho e de negociação entre parceiros sociais a todos os níveis. As autoridades públicas, devem, também, contribuir com apoios específicos para facilitar esta negociação. As empresas que investem nos seus recursos humanos devem beneficiar de incentivos fiscais e parafiscais.

C/ Multiplicar o emprego nos serviços, facilitando a iniciativa empresarial, diminuindo a carga administrativa sobre as PME, reduzindo os custos não salariais dos menos qualificados e estimulando a igualdade de oportunidades. No que respeita aos serviços pessoais, onde há grandes carências, podem combinar-se as iniciativas privadas, públicas ou do terceiro sector, utilizando, eventualmente, o cheque social a favor das categorias mais desfavorecidas.

D/ Desenvolver o *mainstreaming* a favor da igualdade de oportunidades com particular incidência sobre todos os aspectos que ajudam a conciliar a vida profissional com a vida familiar. O reforço da rede de serviços de apoio à família, e à criança em particular, assume especial importância.

4.2. Modernizar a protecção social, consolidando a sua base de sustentação

Se a população envelhece, se surgem novas formas de família, se emergem novos riscos no mercado de trabalho, as tensões daí decorrentes tendem a concentrar-se sobre os sistemas de prestações sociais, em particular as pensões. Esta tendência torna-se pesada e preocupa hoje todos os governos europeus, não obstante a grande diversidade de sistemas de protecção social. Por isso, foi recentemente lançado um processo de cooperação ao nível europeu para a modernização destes sistemas. Tendo em conta a recente comunicação da Comissão Europeia sobre “Uma estratégia concertada para modernizar a protecção social”, o grupo de alto nível agora constituído deverá eleger como prioridade a avaliação da sustentabilidade a prazo destes sistemas.

Nas condições actuais, reforçar a sustentabilidade dos sistemas de protecção depende, em grande medida, de um factor: aumentar a taxa de emprego das populações europeias, que se apresenta a um nível particularmente baixo. A taxa de emprego na União Europeia, no final da década de 90, pouco ultrapassa os 60%, em contraste com os valores superiores a 75% nos EUA e no Japão.

Ora, aumentar a taxa de emprego implica uma elevada capacidade de criação líquida de empregos. Para tal, para além da necessidade de assegurar a estabilidade macro-económica e dinamizar os factores de crescimento, é preciso melhorar o próprio funcionamento do mercado de trabalho, nomeadamente no sentido de:

A/ Reforçar a empregabilidade e a adaptabilidade com base na educação e na formação ao longo da vida, para prevenir o desemprego.

B/ Aumentar a eficácia das políticas activas de emprego, reforçando a activação das políticas sociais.

C/ Modernizar os sistemas fiscais e parafiscais a fim de que o trabalho seja compensador para todos os cidadãos.

D/ Promover um envelhecimento mais activo, combatendo a retirada precoce do mercado de trabalho.

E/ Flexibilizar o tempo de trabalho ao longo da vida activa, permitindo uma melhor conciliação entre vida profissional e vida familiar, e trajectórias profissionais mais flexíveis apoiadas na manutenção dos direitos básicos de protecção social e de acesso à formação.

Mas não está apenas em causa consolidar a sustentabilidade das prestações sociais. O bem estar social não é só garantia de rendimento, é também acesso a serviços. A crise do modelo familiar tradicional deve ser compensada pelo desenvolvimento de políticas e de serviços de apoio à família e, muito especialmente, à criança e ao idoso. Uma grande área de serviços deveria, pois, ser estimulada neste sentido, com a vantagem de ser, também, muito intensiva na criação de novos empregos.

Estas parecem ser, assim, algumas das componentes fundamentais para uma estratégia positiva de modernização da protecção social e de renovação do modelo social europeu. Positiva porque:

- Reforça a sustentabilidade dos sistemas de protecção social.
- Reforça o apoio às famílias.
- Reforça a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.
- Introduzindo mais flexibilidade, mantém as seguranças básicas e abre novas perspectivas de promoção no mercado de trabalho.
- Assenta na criação de mais empregos.

Melhora o cômputo global do bem estar e da coesão social de acordo com o conceito lato acima referido.

O Conselho Europeu de Lisboa:

A/ Consagrará a criação de um grupo de alto nível para a modernização da protecção social e definirá as suas prioridades de trabalho, com destaque para a realização de um estudo prospectivo sobre a sustentabilidade do sistema de pensões nos horizontes 2010-2020.

B/ Definirá as formas de cooperação e de trocas de boas práticas entre Estados Membros.

C/ Solicitará à Comissão Europeia que desenvolva os procedimentos necessários para o reforço dos sistemas de informação sobre a protecção social.

Fundação Cuidar o Futuro

4.3. Reforçar o combate à exclusão social

A Europa do séc. XXI tem de ter uma política sistemática de combate à pobreza e à exclusão social, nas suas velhas e novas formas.

Apesar dos elevados níveis de desenvolvimento económico do conjunto da UE e da existência de importantes instrumentos de protecção social, os fenómenos de exclusão social possuem ainda uma dimensão elevada.

Estes fenómenos atingem todos os Estados Membros, embora de forma e com intensidades diversas, e afectam, sobretudo, os grupos sociais mais fragilizados, as zonas economicamente mais deprimidas, assim como os cidadãos particularmente desfavorecidos face ao mercado de trabalho.

Por outro lado, as dinâmicas sociais continuam a potenciar, com alguma frequência, a emergência de fenómenos de pobreza infantil e de dificuldades de integração social de crianças e jovens.

A intensidade das mudanças que se antevêm do ponto de vista das qualificações necessárias para enfrentar os novos desafios tecnológicos das empresas, comportam, igualmente, o risco de desenvolverem novos processos de exclusão social.



O problema da exclusão social requer, assim, um grande esforço de coordenação ao nível europeu.

Com base no Relatório sobre a situação social e na Comunicação da Comissão Europeia “Por uma Europa para todos”, o Conselho Europeu de Lisboa definirá o método aberto de coordenação que deverá ser aplicado relativamente a duas formas de actuação a conjugar por cada Estado Membro, envolvendo os demais parceiros activos na promoção da inclusão social:

A/ Fazer o *mainstreaming* deste objectivo nas políticas de educação, formação, emprego e protecção social.

B/ Desenvolver programas integrados e focalizados para os grupos sociais em situação de maior exclusão social, tendo como prioridade máxima a erradicação da pobreza infantil até 2010.

O Conselho Europeu de Lisboa solicitará, ainda, ao grupo de alto nível e à Comissão Europeia, a definição de um quadro de bordo com indicadores de acompanhamento da situação social, permitindo a fixação de objectivos de política que possam beneficiar da experiência dos vários Estados Membros.

5. AS POLÍTICAS MACRO-ECONÓMICAS PARA UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Há uma questão central que se coloca à agenda política europeia: assegurar um *policy mix* que estimule o crescimento e o emprego, assegurando a estabilidade macro-económica e a consolidação do euro. Trata-se de, no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento, estimular o crescimento e a transição para uma economia da inovação e do conhecimento. Isto requer, nomeadamente, um papel acrescido das políticas e das reformas estruturais.

Um pilar fundamental do *policy mix* consiste na política monetária e cambial. A política monetária, definida e executada pelo Eurosistema, tem como missão principal a garantia da estabilidade de preços. A sua possibilidade de suportar as políticas económicas gerais da Comunidade depende do que ocorrer nos outros pilares fundamentais do *policy mix*. O segundo pilar é a política orçamental definida e executada pelos governos nacionais, atendendo às disposições do Pacto de Estabilidade e de Crescimento. O terceiro pilar é constituído pela formação dos salários, fundamentalmente determinado pelas negociações dos parceiros sociais.

Interessa prosseguir o acompanhamento multilateral das políticas orçamentais, procurando-se nomeadamente:

A/ Aperfeiçoar as metodologias de acompanhamento da despesa, da dívida e do défice, não só em nível, mas em conteúdo.

B/ Afinar a monitoragem dos défices por forma a maximizar as margens de acção dos estabilizadores automáticos.

C/ Melhorar a qualidade da despesa pública, reestruturando-a no sentido de promover o investimento público e responder a novas prioridades (I&D, educação e formação, modernização da administração pública, acessibilidades em telecomunicações, etc.).

D/ Definir novas metodologias de parceria público-privado de forma a acelerar a concretização de investimentos indispensáveis à modernização das economias, tirando inclusive partido de novos produtos a lançar nos mercados financeiros.

Mais particularmente no que respeita a política fiscal:

A/ Desenvolver a coordenação fiscal, procurando ultrapassar os problemas de concorrência desleal ainda em aberto.

B/ Progredir nas alterações fiscais favoráveis aos objectivos emprego e coesão social.

C/ Reforçar os incentivos fiscais que favorecem a adaptação das empresas e das pessoas a uma economia da inovação e do conhecimento.

D/ Promover um enquadramento fiscal mais favorável para as PME's.

Mas é também fundamental melhorar a coordenação multilateral das políticas macro-económicas, no sentido de se tirar pleno partido da União Económica e Monetária para impulsionar o crescimento em bases sustentáveis.

Com efeito, a coordenação económica pode colocar-se em patamares sucessivos. Já foram prosseguidos vários: a definição de objectivos comuns, a sua tradução para planos nacionais, a vigilância multilateral em relação ao seu cumprimento. Mas é possível progredir para outros patamares de coordenação:

A/ A avaliação dos efeitos conjuntos e agregados das diferentes escolhas nacionais.

B/ O desenvolvimento de metodologias comuns para lidar com problemas como choques assimétricos ou globais e a criação de grandes infra-estruturas de nível europeu. Para um mais forte impulso nestas grandes infra-estruturas, deve ser examinado um melhor aproveitamento do papel do BEI e do FEI, das parcerias público-privado, e de outros instrumentos financeiros, reforçando o programa das redes transeuropeias, com destaque para as info-estruturas.

Por outro lado, torna-se fundamental definir e articular melhor o papel de cada uma das instâncias e actores envolvidos: ECOFIN, Euro-11, CEF, CPE, BCE, parceiros sociais, diálogo macro-económico. Trata-se de construir uma relação de intercâmbio e confiança entre os actores em causa, no quadro do qual o diálogo macro-económico poderá desempenhar um papel importante.

6. DOS MÉTODOS PARA GANHAR DIMENSÃO EUROPEIA

A construção política da Europa é uma experiência única. O seu sucesso tem estado dependente da capacidade em combinar coerência com respeito da diversidade, e eficiência com legitimidade democrática. Isto requer utilizar métodos políticos diferentes consoante as políticas e os respectivos processos institucionais. Com efeito, entre uma lógica de pura integração e uma lógica de simples cooperação, vários métodos têm vindo a ser afinados por razões justificadas. Assim:



A política monetária é uma política comum e única, no quadro da zona euro.

- As políticas orçamentais nacionais são coordenadas ao nível europeu em função de critérios pré-definidos de forma estrita.
- As políticas de emprego são coordenadas ao nível europeu em função de linhas directrizes e de alguns indicadores, que permitem uma margem de adaptação ao nível nacional.
- As políticas de protecção social estão a iniciar um processo de cooperação para a sua modernização, no respeito das diferenças nacionais.

As políticas que servem para construir o mercado único, como a política monetária ou a política de concorrência assentam, como é lógico, num método de coordenação mais estrito quanto aos princípios a respeitar. Mas existem outras políticas mais focalizadas em criar novas competências e capacidades para tirar partido desse mercado, e para responder à mudança estrutural. Trata-se de aprender mais depressa e de descobrir soluções adaptadas. Estas políticas têm vindo a afinar um método de coordenação mais aberto à diversidade nacional, cujo exemplo mais desenvolvido é, actualmente, o chamado processo do Luxemburgo relativo às políticas de emprego.

Trata-se de definir ao nível europeu orientações estratégicas para fazer face à mudança estrutural, organizando em seguida um processo de emulação entre Estados Membros para as aplicar estimulando a troca de boas práticas, mas atendendo, também, às particularidades nacionais. Apesar de algumas dificuldades encontradas, os resultados obtidos têm sido estimulantes e encorajadores.

O método aberto de coordenação tem intensidades variadas em função dos temas em que se aplica e da expressão do princípio da subsidiariedade em cada um deles. Na sua forma mais completa, este método aberto de coordenação desenvolve-se num ciclo com os seguintes passos:

Fundação Cuidar o Futuro

A/ Em função de um diagnóstico e balanço, definição de linhas directrizes ao nível europeu com o compromisso político de as aplicar, assumido ao mais alto nível.

B/ Identificação de boas práticas e de indicadores de referência para efeitos de *benchmarking* nestas linhas directrizes.

C/ Elaboração de planos nacionais aplicando estas linhas directrizes de forma adaptada e participada pelos vários actores, identificando metas intermédias e processos de aprendizagem.

D/ Organização das várias parcerias responsáveis e implementação do plano nacional.

E/ Monitoragem e avaliação dos resultados obtidos, com discussão e vigilância pelos pares e eventual formulação de recomendações.

Neste quadro, os programas da iniciativa da Comissão Europeia podem ganhar um outro alcance e rendibilidade. Além de promoverem uma dimensão tipicamente europeia conforme lhes compete, podem desempenhar um papel extremamente importante no apoio a todo o ciclo do método aberto de coordenação entre Estados Membros. Assim, é possível desmultiplicar o esforço feito com base no orçamento comunitário com o esforço desenvolvido pelos Estados Membros, em função das suas próprias condições.

Neste quadro, deve também ser promovido o envolvimento do Parlamento Europeu e a audição das demais instituições da União Europeia.

Para estimular a inovação económica e social é também preciso inovar no método político. E este método aberto de coordenação permite progredir respeitando a diversidade. A sua aplicação deverá, pois, ser explorada com as devidas adaptações em novas áreas, assim como o proposto em vários capítulos precedentes.

Para garantir a coerência global e a identidade de objectivos em todas as áreas de aplicação deste método, o Conselho Europeu de Lisboa deverá solicitar à Comissão Europeia a elaboração de uma proposta de um quadro de bordo de síntese, composto pelos indicadores mais significativos de mudança estrutural, pondo em evidência o seu efeito sobre a taxa de crescimento económico e sobre a taxa de emprego no conjunto da União Europeia.

7. A COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA UMA ESTRATÉGIA EUROPEIA

Uma estratégia europeia de crescimento e emprego requer uma melhor articulação entre políticas macro-económicas, políticas e reformas estruturais, e políticas activas de emprego, assentes nos processos de Colónia, Cardiff e Luxemburgo.

Estes processos foram-se sobrepondo em termos históricos, estabelecendo-se em procedimentos e calendários que decorreram dos seus fundamentos e motivações específicas. Tendo em conta o enquadramento definido pelos Tratados, e dados os diferentes níveis de subsidiariedade e formações do Conselho que envolvem, justifica-se a sua permanência como processos distintos. Mas parece chegado o momento de melhorar a sua coordenação, sinergia e eficácia conjunta.

O Conselho Europeu de Lisboa deverá desenvolver as conclusões adoptadas no Conselho Europeu de Helsínquia, no sentido de as grandes orientações de política económica (GOPE) reforçarem o seu carácter de documento enquadrador, não só no domínio das diferentes políticas macro-económicas, mas também no das políticas e reformas estruturais, e ainda no que respeita a articulação com as linhas directrizes do emprego. A coerência e as sinergias entre estas três componentes devem ser tratadas explícita e sistematicamente.

Para este efeito, o ECOFIN deverá receber contributos de outras formações do Conselho, em particular do Trabalho e dos Assuntos Sociais, mas, também, nomeadamente, do Mercado Interno e da Indústria, num processo de coordenação sob a condução política do Conselho Europeu. Os processos de Cardiff e do Luxemburgo permitirão tratar as suas matérias próprias mais em pormenor.

Além disso, as GOPE devem definir as orientações a adoptar pela UE e as recomendações aos Estados Membros numa perspectiva plurianual e enquadradora para o ano seguinte, tendo em conta os desenvolvimentos recentes que neles se verificaram.

A relevância das GOPE justifica um envolvimento mais substantivo do Conselho Europeu na configuração final deste documento.

Devem, também, ser politicamente valorizados os mecanismos de acompanhamento da formulação e da execução de recomendações, com o envolvimento das formações do Conselho em causa.

Por outro lado, será importante proceder à informação e auscultação dos parceiros sociais com base nas estruturas do diálogo social, do Comité Permanente do Emprego e do diálogo macro-económico, por forma a poder, também, especificar a sua contribuição possível para as orientações a adoptar e para a concretização do Pacto Europeu do Emprego.

Compete à Presidência Portuguesa conduzir o primeiro exercício de aplicação deste novo conceito de GOPE, em termos a definir pelo Conselho Europeu de Lisboa.

Um outro instrumento de coordenação que deve ser potenciado é o relatório anual preparado pela Comissão Europeia, baseado no Art.º 127 dos Tratados, sobre “As políticas comunitárias ao serviço do emprego”, que explicita como se faz o *mainstreaming* a favor do objectivo emprego com base nas políticas comunitárias.

A criação de um Observatório sobre as mutações industriais, sob proposta da Comissão Europeia a aprovar no Conselho Europeu de Lisboa, deve também reforçar a troca de boas práticas para a gestão da mudança, com envolvimento dos vários actores com destaque para os parceiros sociais e as empresas em geral.

Esta procura de actuação concertada deve envolver muitos outros actores para além dos governos e da Comissão Europeia, desde os grandes actores institucionais como o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais, o Banco Central Europeu, os parceiros sociais, o Comité Económico e Social, o Comité das Regiões. Um *Forum* de Alto Nível será promovido antes do Conselho Europeu de Junho, no sentido de proceder a um balanço dos vários processos e de partilhar responsabilidades na sua condução. O que está em causa é enriquecer o conteúdo do Pacto Europeu do Emprego consagrado em Colónia. **O Conselho Europeu de Lisboa deverá avaliar a possibilidade de realização anual deste *Forum*.**

Finalmente, esta actuação depende muito da iniciativa dos próprios actores da sociedade civil, os parceiros sociais, as empresas, as associações, as regiões e os cidadãos de uma sociedade civil europeia que deve continuar a ser construída.

De tudo isto depende a capacidade de a Europa influenciar o seu próprio modo de desenvolvimento. A Presidência Portuguesa conta com a participação e o empenhamento de todos estes actores para imprimir um novo impulso de longo prazo à construção europeia. Este é o momento certo.





COUNCIL OF
THE EUROPEAN UNION

Brussels, 12 January 2000 (14.01)
(OR. p)



5256/00

LIMITE

SOC 18
AG 2
ECOFIN 7
MI 1
IND 1
RECH 1
EDUC 5

DOCUMENT FROM THE PRESIDENCY

Subject : Employment, Economic Reforms and Social Cohesion
– towards a Europe based on innovation and knowledge

Fundação Cuidar o Futuro

PORTUGUESE PRESIDENCY OF THE EUROPEAN UNION

"Employment, economic reforms and social cohesion
– towards a Europe based on innovation and knowledge"



DOCUMENT FROM THE PRESIDENCY

Fundação Cuidar o Futuro

Lisbon, January 2000

I. CONTENTS



1. COORDINATING EFFORTS TO ACHIEVE A NEW STRATEGIC GOAL	4
1.1. A new strategic goal	4
1.2. An affirmative strategy	4
1.3. Towards a new paradigm.....	5
1.4. Coordinating policies	5
2. FOR AN INNOVATION AND KNOWLEDGE-BASED ECONOMY	6
2.1. A European policy for an information and knowledge-based society.....	7
2.2. Creation of a Europe-wide learning society	9
2.3. Developing a European research area open to the world	10
3. ECONOMIC REFORMS FOR COMPETITIVENESS AND INNOVATION	12
4. RENEWING THE EUROPEAN SOCIAL MODEL: MORE JOBS AND GREATER SOCIAL COHESION	14
4.1. Active policies and the European employment strategy	15
4.2. Modernising social protection, consolidating its sustainability	16
4.3. Stepping up the fight against social exclusion	17
5. MACRO-ECONOMIC POLICIES FOR SUSTAINABLE GROWTH	18
6. METHODS OF ACHIEVING A EUROPEAN DIMENSION	19
7. COORDINATION OF POLICIES FOR A EUROPEAN STRATEGY	21

1. COORDINATING EFFORTS TO ACHIEVE A NEW STRATEGIC GOAL

1.1. A new strategic goal

Europe, as it enters the new millennium, demands a new vision and a long-term strategy. While retaining all that is best in its traditions and values, Europe must develop as a civilisation which bases its economic and social prosperity on the advancement of knowledge, cultural diversity and cohesion and which plays an active role in promoting a more balanced, peaceful and harmonious world order.

A new strategic goal needs to be defined for the next ten years: to make the European Union the world's most dynamic and competitive area, based on innovation and knowledge, able to boost economic growth levels with more and better jobs and greater social cohesion.

1.2. An affirmative strategy

A new period is beginning in the process of European construction. The European Union is gaining substance economically, socially and politically. Initiatives in the area of common foreign and security policy and a common area of freedom, security and justice add to the great achievements of the single market and the single currency. The enlargement process too is now in full swing. These are major historical milestones in the affirmation of the European project.

Despite the economic recovery, serious social problems continue to exist, such as unemployment, social exclusion and the risks of future imbalance in social security systems – which are also the reflection of deeper-seated structural difficulties calling for bold reform. These difficulties are heightened by the unavoidable challenges posed by globalisation, technological change and an ageing population.

The economic and social strategy of the European Union must not be devised solely as a defensive response to these challenges but as an affirmative and creative response to the new opportunities which are emerging. This means redefining Europe's role in the world economy, building a new competitive platform, opening the way for new and better jobs and organising this movement with social cohesion.

It is essential that we regain the conditions of full employment geared to the needs of the emerging society, more open to the options of European women and men. This calls for the creation of a growth dynamic ensuring a sustained average annual rate of at least 3% for the whole of the European Union.



1.3. Towards a new paradigm

Macro-economic stability is fundamental to consolidate the euro and ensure sustainable growth. It is also essential now to foster a culture of dynamism and entrepreneurship and a culture of strengthened social cohesion. The current improved economic situation is the right time for the necessary reforms to be undertaken.

Throughout the world nations seek to progress while maintaining the difficult balance between openness, diversity and cohesion. In the context of globalisation companies are increasingly defining their strategies in world terms and capital movements are increasingly being controlled by the major financial centres according to the level of national and business competitiveness. This is increasingly dependent on the capacity to provide a swift and innovative response to the more individual needs of the market, and calls for the generation and dissemination of a vast store of knowledge, made possible by the ongoing revolution in the field of information and communications technology.

A new paradigm is emerging, encompassing both a technological revolution and a major change in the social exchange of knowledge affecting all institutions, from schools to businesses and from public services to the media. The transition to an innovation and knowledge-based society and economy is under way.

Innovation and knowledge are increasingly becoming the decisive source of wealth and also the main source of difference between nations, businesses and people. Fresh opportunities for redefining European competitiveness and creating new jobs are thus arising, but also new risks of social exclusion.

1.4. Coordinating policies

Despite a number of undeniable successes, Europe is lagging behind in this transition to the innovation and knowledge-based economy. This delay is apparent in the production and dissemination of much information technology but also in adaptation of social institutions and relations to the new potential opened up by such technology. While this failure to adapt to the new paradigm continues, there will be a shortfall in economic growth and an increased risk of unemployment and social exclusion.

We need to increase the pace of technological change but also of institutional reform and to learn best practices more quickly, but also to create new best practices. Innovation in political method is also necessary.

An economic and social strategy to renovate the basis for growth in Europe must combine macro-economic policies, economic reform and structural policies, active employment policies and the modernisation of social protection.

Institutional processes for the development of these policies, namely the Cologne process on macro-economic policies, the Cardiff process on structural policies and reforms and the Luxembourg process on employment policies, are now available to the European Union. Our intention is not, therefore, to launch a new Lisbon process.

However, we do see the Lisbon European Council as a particularly good opportunity to create the conditions for:

- (a) articulating, simplifying and extending the existing processes through improved coordination, in order to achieve a new strategic goal
- (b) adding new dimensions in key areas such as preparing for an innovation and knowledge-based economy, combating social exclusion and modernising social protection
- (c) developing coordination methods for formulating, quantifying and monitoring policy objectives and instruments.

These methods may vary. For example: in the case of social protection, joint analysis, cooperation and the exchange of best practices; or, in the case of the information society policy, the definition of European guidelines, national plans and a benchmarking process with reference indicators permitting intra-European comparison and a comparison with other areas. This involves an open method of coordination coupling coherence with respect for national diversity. It also involves learning how to respond more quickly to structural change.

The development of these methods will need backing in its various stages from the European Commission, as an essential catalyst.

Europe must find its own way of constructing an innovation and knowledge-based society and economy. A rich scientific and cultural heritage and an immense capacity for generating new knowledge are available to it. The European way needs to open up opportunities for accessing knowledge, value cultural diversity at its true worth and use this transition in order better to forge a specific European identity and to identify citizens more closely with a European project which they themselves will define.

Fundação Cuidar o Futuro

A way based on the gradual construction of a European public area, the exercise of European citizenship and the promotion of dialogue with the various actors, with the emphasis on social partners. The High Level Forum in June, bringing together representatives of Governments, the European Commission, the European Parliament, social partners, the Economic and Social Committee and the European Central Bank, will reflect this approach.

A major transformation is under way in Europe. It is for us Europeans, with our creativeness and political will, to endeavour to lend it shape and form.

2. TOWARDS AN INNOVATION AND KNOWLEDGE-BASED ECONOMY AND SOCIETY

Faced with the digital revolution Europe, like the United States, initially focused its response on information technologies, then on the information highways, and subsequently on the information society. Nowadays it is becoming clear that the problem is not only about information, but about knowledge and innovation, and not only about technological change, but also about economic and social change.

All societies are knowledge-based. What is new is that the information and communication technologies are changing the way in which knowledge is accumulated. More and more knowledge is being built into ~~in~~ equipment, products and services. Knowledge is increasingly becoming the raw material of work. However, this newly emerging model is still giving rise to many dilemmas: how to develop the strategic segments of the new value chains taking shape worldwide? How to make room for cultural diversity in the cyberspace now being built? How to stimulate innovation, not only in processes, but also in products and services, in order to boost job creation? How to equip the workforce for much more rapid changes in occupational activities? How to cope with the new social inequalities?

Thus, given the wider implications of the new paradigm and the dilemmas created, the European strategy to be defined must:

- (a) create a demand-driven dynamic stimulating innovation in products and services, meeting citizens' requirements and influencing technological choices on the supply side;
- (b) create another competitive platform in infrastructure, hardware and software, available knowledge, entrepreneurial capacity and additional skilled jobs – which requires a major boost of intangible investment;
- (c) mainstreaming the concern for social inclusion;
- (d) play a pro-active role in organising cyberspace (on-going negotiations on e-commerce, register of Internet fields).

Moreover, the widespread development of scientific and technical skills must be recognised as a key factor of employment policy in Europe. The consolidation and updating of scientific and technical skills and the widespread acquisition of IT skills are central to the creation of skilled employment and the construction of a competitive economic and social base. In order to achieve these objectives, the importance of a scientific and technological culture for the entire population needs to be highlighted as does the need for far-reaching scientific and technological development supported by a strong and open European R&D policy.

In this wider framework the policy for an information and knowledge-based society cannot be dissociated from S&T policy, nor from the policy on education and training, and must also be linked to the policies aimed at supporting innovation (see point 3).

2.1. A European policy for an information and knowledge-based society

Regarding the demand for knowledge, this policy must:

- (a) encourage innovation in products and services with a larger knowledge input which can improve the quality of citizens' lives (in the field of transport, tourism, the environment, public administration, health and assistance to the elderly). This is a wide frontier to be explored with a view to boosting job creation.



- (b) speed up the diffusion, in companies, of information technologies linked to flexible production systems, e-commerce, teleworking, telemedicine and also of information and knowledge-management tools;
- (c) improve training for workers to help them cope with information technologies by adopting a reference frame of basic skills, setting up a European network of open learning centres equipped with multimedia technologies and distance teaching facilities and encouraging continuing training and the creation of learning organisations in companies; a "European passport" for information technologies must be a priority objective. The aim is to stimulate the acquisition and certification of basic IT skills by the entire European population and, to make it compulsory, for future generations of students;
- (d) spread information technologies throughout the education and training system by providing all establishments with Internet-linked computers and suitably trained staff;
- (e) provide guidance and educational and professional support to encourage everyone to adjust to the new requirements of information and knowledge-based society, giving particular attention to those categories in danger of serious social exclusion;
- (f) modernise public services by using information technologies to improve citizens' and companies access to both information and the provision of services.

As regards the supply of knowledge, the policy must:

- (a) bolster European R&D networks through closer cooperation and coordination not only under the Framework Programme but also all other programmes for international scientific and technological cooperation (e.g. EUREKA and COST), those of intergovernmental scientific organisations (ESA, CERN, EMBL, ESRF, etc.) as well as national programmes;
- (b) develop content industries and set up a content database accessible to the public. Here it will be essential to take measures to promote digitalisation and accessibility of all information of interest to the public, and to make any State-held contents available to industry with a view to fostering added value;
- (c) develop software for communicating and generating knowledge (specifically in the field of computational processing of natural languages, in order to boost interchange between languages and cultures, content industries, e-commerce, telematics for educational purposes, etc.);
- (d) speed up the construction of trans-European broadband telecommunications networks (liberalisation, definition of standards, interoperability) and promote their accessibility on terms that are internationally competitive.

The e-Europe European initiative recently proposed by the European Commission and the latter's communication on employment strategy in the information society should act as catalysts for the Action Plan to be prepared forthwith by the Presidency and the Commission, as decided at the Helsinki European Council.

The Lisbon European Council will define the Action Plan's objectives and guidelines in order to enable the Presidency and the Commission to work out benchmarking indicators to be included in national initiatives on the information and knowledge-based society to apply from 2001, in accordance with the method of open coordination among Member States to be approved by the Feira European Council in June.

Reference indicators to assist benchmarking schemes for genuine political advances should be developed as a matter of urgency. The adoption of a Plan for an Information and Knowledge-based Society should firmly commit Europe to meeting identifiable targets and disseminating best practices. This European Action Plan should serve as a guide to national plans integrated into national development strategies and linked to national employment schemes.

2.2. Creation of a Europe-wide learning society

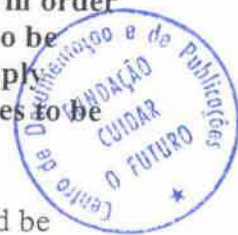
European policies on education and training should go beyond the successive reforms of the existing systems already implemented. The aim should be to create a European area of life-long learning and to bring about a learning society with opportunities for all. Without a learning society, the changeover to a knowledge-based economy will cause new breaches and new forms of social exclusion.

A learning society should be geared towards giving diversified and relevant answers to a wide range of target groups: young people, unemployed adults, workers at risk, but also businessmen and middle and senior executives, not to mention the large mass of workers who need to be given genuine life-long training opportunities. This is also a key area for action by the social partners, since there can be no life-long learning without the involvement of enterprises. It should likewise be a central concern of youth policies in the European Union.

Policies on education and training should moreover be geared towards creating a large stock of skilled jobs. The potential is already there. However, those jobs will only actually be created if there are skilled human resources to fill them.

The differences between Member States' education and training systems are huge; yet, notwithstanding the more general aims of citizens' personal, social and cultural development, concerns regarding the relevance of training for coping with the requirements of the new jobs are shared by all. Thus, the education and training input for the Luxembourg Process employment guidelines should be reinforced, to meet shared problems, namely by.:

- (a) developing schools and training centres, into learning centres, using the most appropriate methods to cope with a greater diversity of target groups; promoting cooperation between education and training establishments and putting new learning facilities to good use;
- (b) fostering the mobility of students, teachers and training staff, notably through recognition of diplomas and periods of study and training;



- (c) equipping the said establishments with computer equipment and Internet connections and staffing them with teachers and other experts with up-to-date training geared to the objectives;
- (d) renewing content production in combination with curriculum development and promoting the widespread development of scientific and technical skills as the essential basis for creating skilled employment;
- (e) working out educational and vocational guidance schemes of general application, based on the identification of training requirements;
- (f) setting up flexible schemes to certify knowledge acquired;
- (g) introducing new forms of funding and time management to facilitate access to life-long education and training.

The Socrates and Leonardo da Vinci programmes, which are Commission initiatives, will be launched at the Conference of Ministers for Education, Labour and Social Affairs on 17 and 18 March. These programmes will stimulate the European dimension of education and training through the organisation of exchange networks, the production of common content and reference frames, the identification of training requirements and the promotion of mobility and qualification equivalence. This fundamental action needs to be reinforced; however, it would be even more effective if it were supplemented by a method of open coordination between Member States.

The Lisbon European Council should take forward:

- (a) **the definition of the contribution of education policies towards employment policies under the Luxembourg Process;**
- (b) **other forms of coordination between Member States, particularly as regards mobility of teachers, students and training staff and the possibility of drawing up a European Charter of Basic Skills, with implications for curriculum updating. Europe's population, and young people in particular, must have extensive access to basic skills, such as being able to learn and to resolve problems, develop scientific culture and technical skills, use information technologies, speak foreign languages, develop a sense of initiative and entrepreneurship and be active, free and responsible citizens.**

2.3 Developing a European research area open to the world

European S&T policy has passed through various stages: after focusing on major fundamental research projects at European level and subsequently on major European pre-competitive projects, it has recently switched to research linked to company innovation. On the whole, and notwithstanding major national differences, comparison between the EU and the US reveals some significant shortcomings as things now stand:

- > restrictions on innovative fundamental research;
- > reduced sensitivity of public research to market requirements;
- > reduced private-sector contribution to S&T activities;



- fragile interface between S&T supply and demand;
- less effort to promote a scientific and technical culture;
- under-developed institutional capacity to conduct European S&T policies.

Yet Europe, having an abundant heritage and capacity, should strive to be in the forefront of the development of scientific knowledge. This is an essential condition for renovating the economic base for employment. An organisational effort is required at two levels:

- fundamental research: here, an added European dimension is needed to achieve scale and scope. This involves organising a European research area using joint activity networks and joint infrastructures in order to overcome the current situation of fragmentation and overlapping of national institutions. The R&D Framework Programme, in coordination with other policy instruments, should serve as a stimulus to such networks;
- applied research and development: here it is necessary to stimulate company-based R&D, to internationalise – but also to develop the interfaces with companies and with regional innovation systems, taking advantage of the diversity of competitive factors in Europe in the case of both the high-tech industries and the traditional industries undergoing modernisation, as well as in the field of services.

The linkage between these two levels of R&D must grasp with new opportunities. It is proving necessary nowadays to set up more effective coordination mechanisms in many areas, for example oceanography, meteorology, etc.

The following priorities should be emphasised:

- (a) Stepping up European coordination with regard to the various ways of organising S&T systems, combining local, sectoral and international resources in order to produce, disseminate and adapt knowledge and exploit new opportunities for scientific and technological development, adapting existing coordination bodies or creating appropriate European bodies.
- (b) Creating a high-speed, low-cost trans-European data transmission network to provide support for the construction of a European research area. This broad-band network will have to support not only the development of European S&T cooperation, but also cooperation between schools and training centres, libraries and science centres and museums.
- (c) Creating the conditions for encouraging the mobility of S&T staff and opening up European systems to exchange with the outside world. Europe must strengthen its role as a major world centre for R&D, fully integrated into the big international networks and able to attract new talent from anywhere in the world.
- (d) Promoting the scientific and technological education of European citizens, stimulating cooperation between research institutions and schools, encouraging the production of multilingual scientific works, promoting their export outside Europe and making careers in science and technology more attractive.



On the basis of the Commission communication on a European Research Area, the Lisbon European Council will have to define the medium-term joint European objectives and prepare for decisions on the new European S&T initiatives, as well as ways and means of coordinating national S&T policies.

3. ECONOMIC REFORMS FOR COMPETITIVENESS AND INNOVATION

The establishment of the single European market has been essential for European construction. The gradual elimination of barriers to the free movement of goods and services, together with competition policy and privatisation procedures, has produced very encouraging results for firms and consumers in various sectors: suffice it to mention the recent case of telecommunications. The economic basis for employment has been comprehensively improved.

But the aforementioned effort has to continue, as indicated in the recently approved strategy for the internal market, in conjunction with the Cardiff process of economic reforms, not only in order to improve how the markets work, but also to create new competitive factors, increase innovation potential and develop entrepreneurship. European markets have to adapt to the prospects opened up by an economy based on innovation and knowledge.

The Lisbon European Council will have to:

- **Establish an open method of coordination to provide impetus for the Cardiff process, organising a process of benchmarking centred on sound practices relating to priorities defined at European level and making use of initiatives launched by the European Commission, such as the action plan for financial services, the action plan for risk capital, the proposal on the European patent and the initiatives relating to the policy of support for enterprises.**
- **Define guidelines for the elaboration of a European Charter for micro-enterprises for final evaluation at the Feira European Council, with the aim of encouraging this new potential for creating employment.**

The following priorities have been identified in the context of the Cardiff process:

- (a) to increase the opportunities for trade by developing telecommunications and e-commerce;
- (b) to improve transport logistics and the transport network to cope with the increase in trade;
- (c) to modernise public services, in particular by using various public-private partnership arrangements;



- (d) to accelerate the integration of the financial markets, implementing in full the action plan for financial services;
- (e) to improve the sensitivity of the financial markets to the value of intangible investments and investments in knowledge;
- (f) to encourage access to risk capital at European and local level, entirely in line with the action plan for risk capital;
- (g) to establish a single European patent system and organise the technological know-how markets;
- (h) to encourage entrepreneurial initiative and development.

Specific action by the Member States and the European Commission is also needed to encourage the networks and dynamics of innovation: entrepreneurial innovation, financial innovation, human resources innovation and more efficient technology-transfer mechanisms. There is a need to signal a new frontier to be explored for entrepreneurial initiative: that of goods and services with greater substance in terms of knowledge, in line with new needs. Many quality jobs can be created through this dynamic.

Another significant impulse for competitiveness and employment will be provided by the definition under elaboration of the policy for support to enterprises with a view to preparation for the new multiannual plan. That policy should place emphasis on the following priorities:

- (a) support for the incorporation of new technologies and the creation of intensive knowledge services for support to firms;
- (b) development of clusters and innovation networks;
- (c) encouragement of partnership and associative relations, both locally and internationally;
- (d) organisational innovation and new instruments for knowledge management;
- (e) development of certification procedures linked to the promotion of total quality;
- (f) adapted financial instruments;
- (g) adapted schemes for the training of human resources;
- (h) simplification of administrative procedures and modernisation of public support services.

It is also important to see to specific needs in each standard case. For example:

- > SMEs of a high technological level give rise to development needs and appropriate procedures for access to the capital market and additional technological capabilities.
- > Start-up companies must be stimulated on the basis of strengthened risk capital, technical and logistical support and the simplification of procedures and obligations.

Fundação Cuidar o Futuro



- Besides simplification of procedures and obligations, micro-enterprises may encounter encouraging prospects with the development of e-commerce and the upgrading of local networks and entities. This new potential to create micro-enterprises and proliferate small-scale entrepreneurial initiative should be given impetus by the European charter for micro-enterprises.

4. RENEWING THE EUROPEAN SOCIAL MODEL: MORE JOBS AND GREATER SOCIAL COHESION

The European Union has already defined, notably in the context of the European employment strategy, the major priorities for the employment objective. The twofold strategic objective of combating unemployment and increasing the employment rate requires:

- the creation of jobs in the services sector, in which Europe has significant deficits and opportunities for growth;
- a resolute inversion of the trend towards early retirement from the labour market, promoting the employment of older workers;
- an increase in the rate of female employment, encouraging equal opportunity of access to the labour market and positive action in favour of the employment of women.

To make use of the above employment potential also requires stock to be taken of the European social model, which is one of the strong suits of the European project. But there are two prerequisites for its continuation in the context of globalisation: the renovation of its economic base, building new competitive factors, and the modernisation of its very structure. This will make it possible to find a new synthesis with more jobs and greater social cohesion.

Understanding the contemporary problems of the European social model and finding solutions to them requires starting from an adequate concept of welfare. Welfare is not only a guarantee of income in the face of social risks. Welfare is also based on personal services, quality of work and living opportunities. And all this contributes to the cohesion of a society.

A positive strategy of renewal of the European social model needs to be adopted:

- aimed at raising employment levels and creating job opportunities for all;
- combining the principles of initiative, responsibility, social justice and solidarity.

The above renewal endeavour should involve not only the official authorities, but also the remaining protagonists at the various levels, with the accent on the social partners and the role of the European social dialogue. The contributions secured in this way could be used to develop a European social agenda, along lines to be defined during the French Presidency.



Apart from reconsideration of the concepts of employment, work and activity, new ways of regulating the labour market will have to be developed, combining flexibility and security, an area which will require a significant contribution from the social partners. In addition to the progress made in the field of working conditions and minimum standards, there is a need to:

- strengthen the role of active employment policies;
- modernise social protection systems, consolidating their sustainability;
- increase the efficacy of policies to combat social exclusion, which should ensure a solution when the foregoing fail.

4.1. Active policies and the European employment strategy

The Luxembourg process has made a significant contribution to strengthening active employment policies in the framework of the European employment strategy.

A mid-term review of the Luxembourg process will be carried out during the Portuguese Presidency. That review should contribute to a major rationalisation of the guidelines and to more detailed indicators, but it should also coincide with strategic discussions. It is not a matter of revising the guidelines, but first of examining the synergies between these guidelines and between employment guidelines and broad economic guidelines. It is therefore a matter of harmonising the methodology for the involvement of other protagonists, in particular the social partners.

The Lisbon European Council will have to lay down orientations for the aforementioned mid-term review.

From the point of view of creating employment and renewing the European social model, four areas warrant priority:

- (a) **Improving the efficacy of active employment policies as regards employability.** Guaranteeing a prompt response, using information technologies in employment services, diversifying alternatives and making full use of the local level are basic elements for success. It is particularly important to agree on programmes which enable the direct conversion of the unemployed through qualifications of which are in a shortage on the labour market.
- (b) **Strengthening the synergies between adaptability and lifelong learning.** The development of learning organisations, recourse to the ongoing training network, management of working time, job rotation and cost-sharing should be central to the redefinition of the labour contract and to negotiations between social partners at all levels. The official authorities should also contribute, with specific support, to facilitating such negotiations. Firms which invest in their human resources should benefit from fiscal and parafiscal incentives.
- (c) **Increasing employment in services, facilitating entrepreneurial initiative, decreasing the administrative burden on SMEs, reducing the non-wage costs of the less qualified and encouraging equal opportunities.** As regards personal services, where there are major shortages, private, public or third-sector initiatives can be associated, possibly using a social voucher in favour of the least-favoured categories.



- (d) **Developing mainstreaming to promote equal opportunities, with particular implications for all aspects which help to reconcile working life and family life.** Strengthening the family-support services, in particular child care services, is of special importance.

4.2. Modernising social protection, consolidating its sustainability

Where the population is ageing, where new forms of family are emerging, where new risks on the labour market are surfacing, the tension arising therefrom tends to centre on social security benefits schemes, in particular pensions. This trend is becoming burdensome and is today of concern to all European governments, irrespective of the great diversity of social protection schemes. For that reason, a cooperation process at European level was recently initiated for the modernisation of those schemes. Taking into account the recent communication from the European Commission on a concerted strategy for modernising social protection, the High-Level Working Party now set up will have to opt for evaluation of the long-term sustainability of those schemes as a priority.

Under the present circumstances, bolstering the sustainability of protection schemes depends to a large measure on one factor: increasing the rate of employment of European populations, which is at a particularly low level. The rate of employment in the European Union at the end of the 1990s was little more than 60%, as against figures in excess of 75% in the USA and Japan.

An increase in the rate of employment implies a considerable improvement of the net creation of jobs. To achieve that goal, in addition to the need to ensure macro-economic stability and galvanise growth factors, it is necessary to improve the actual operation of the labour market, in particular by:

- (a) strengthening employability and adaptability on the basis of lifelong education to prevent unemployment;
- (b) increasing the efficiency of active employment policies, activating social policies;
- (c) modernising fiscal and parafiscal systems so that employment is of benefit to all citizens;
- (d) promoting a more active ageing, combating early retirement from the labour market;
- (e) making working time flexible throughout working life, enabling a better balance between working life and family life and more flexible careers based on upholding basic social-protection and access-to-training rights.

But consolidation of the sustainability of social benefits is not the only issue. Welfare is not only guaranteed income. It is also access to services. The crisis for the traditional family unit needs to be offset by the development of family-support services, especially for children and the elderly. A large range of services should therefore be encouraged for that purpose, with the advantage of also being very intensive in the creation of new jobs.



The above therefore seem to be some of the basic components for a positive strategy for the modernisation of social protection and the renovation of the European social model. It is a positive strategy because:

- it bolsters the sustainability of social protection schemes;
- it strengthens support for families;
- it reinforces equality of opportunities for men and women;
- by introducing greater flexibility, it maintains basic security and opens new prospects for upward mobility in the labour market;
- it is based on the creation of more jobs.

That strategy will improve the overall outcome for welfare and social cohesion, in line with the broad concept referred to above.

The Lisbon European Council will:

- (a) **approve the setting up of a high-level working party on the modernisation of social protection and will define its working priorities, with emphasis on the carrying out of a forecast study on the sustainability of the pensions scheme for the period 2010-2020;**
- (b) **define the forms of cooperation and of exchanges of best practices between Member States;**
- (c) **call upon the European Commission to develop the procedures necessary for strengthening information systems on social protection.**

4.3. Stepping up the fight against social exclusion

Europe in the 21st century needs to have a systematic policy to combat poverty and social exclusion in their old and new forms.

In spite of the high levels of economic development of the EU as a whole and the existence of significant social protection instruments, social exclusion still abounds in various forms.

The above phenomenon affects all Member States, albeit in various forms and intensities, in particular the most vulnerable social groups, the most deprived economic areas and those citizens who are particularly disadvantaged as regards the labour market.

On the other hand, social dynamics continue to give rise, with some frequency, to the emergence of child poverty and social integration problems for children and young people.

The intensity of the changes which are foreseen from the point of view of the qualifications required by new technological challenges facing firms also involve the risk of developing new social exclusion processes.



The problem of social exclusion therefore requires major coordination at European level.

On the basis of the report on the social situation and of the Commission communication "Towards a Europe for all", the Lisbon European Council will define the open method of coordination which will have to be applied respectively to two forms of action to be combined by each Member State, involving the other active partners in promoting social inclusion:

- (a) to mainstream this objective in education, training, employment and social protection policies;
- (b) to develop integrated, targeted programmes for social groups in situations of major social exclusion, with the top priority of eradicating child poverty by 2010.

The Lisbon European Council will also call upon the High-Level Working Party and the European Commission to prepare a monitoring panel with indicators for monitoring the social situation, making it possible to set policy objectives which can draw on the experience of the various Member States.

5. MACRO-ECONOMIC POLICIES FOR SUSTAINABLE GROWTH

There is one central item on the European political agenda: achieving a policy mix which stimulates growth and employment, ensuring macro-economic stability and consolidation of the euro. This means, in the context of the Stability and Growth Pact, stimulating growth and the transition to an economy of innovation and knowledge. This will in particular mean assigning a more important role to structural policies and reforms.

A fundamental pillar of the policy mix is monetary and exchange policy. The main aim of monetary policy, defined and implemented by Eurosystem, is to guarantee price stability. The extent to which it can support the Community's general economic policies depends on what happens in the other fundamental pillars of the policy mix. The second pillar is fiscal policy defined and implemented by national governments, in the light of the provisions of the Stability and Growth Pact. The third pillar consists of wage developments, chiefly determined by negotiations between the social partners.

It is important to continue to monitor budgetary policies on many fronts, in particular endeavouring to:

- (a) Improve methods of monitoring expenditure, debt and deficit, as regards not only level, but also content.
- (b) Adjust the monitoring of deficits so as to maximise the room for manoeuvre of automatic stabilisers.
- (c) Improve the quality of public spending, redirecting it towards promoting public investment and meeting new priorities (R & D, education and training, modernisation of the public administration, affordable telecommunications, etc.).



- (d) Define new methods of public-private partnership so as to speed up investment necessary to the modernisation of economies, while also making use of new products to be launched on the financial markets.

Specifically with regard to tax policy:

- (a) Develop tax coordination, endeavouring to overcome problems of harmful competition as yet unresolved.
- (b) Make progress as regards changes in taxation more friendly to the aims of employment and social cohesion.
- (c) Reinforce those tax incentives which encourage firms and individuals to adapt to an economy of innovation and knowledge.
- (d) Promote a tax system more favourable to SMEs.

However, it is also vital to improve multilateral coordination of macro-economic policies so as to make full use of Economic and Monetary Union to encourage growth on a sustainable basis.

Economic coordination may take place in successive stages. Some stages are already taking place: the setting of common objectives, their translation into national plans and multilateral monitoring of their implementation. However, it is possible to move on to further levels of coordination:

- (a) Evaluation of the aggregate effects of the various choices made at national level.
- (b) The development of strategies for coping with problems such as asymmetric or global shocks and the creation of large-scale infrastructure at European level. In order to exercise a greater effect on such large-scale infrastructure, we must consider making greater use of the role of the EIB and the EIF, of public-private partnerships and of other financial instruments, and strengthening the trans-European networks programme, particularly with regard to "knowledge structures".

On the other hand, it is vital that we define and coordinate more clearly the role of each of the bodies and protagonists involved: ECOFIN, Euro-11, EFC, SCE, ECB, the social partners, macro-economic dialogue. The aim is to create a relationship of trust and interchange between all the parties involved, and in this context macro-economic dialogue may play an important role.

6. METHODS FOR ACHIEVING A EUROPEAN DIMENSION

The political construction of Europe is a unique experience. Its success has been dependent on the ability to combine coherence with respect for diversity and efficiency with democratic legitimacy. This entails using different political methods depending on policies and the various institutional processes. For good reasons, various methods have been worked out which are placed somewhere between pure integration and straightforward cooperation. Hence:



- Monetary policy is a single, common policy within the euro zone.
- National budgetary policies are coordinated at European level on the basis of strictly predefined criteria.
- Employment policies are coordinated at European level on the basis of guidelines and certain indicators, allowing some room for adjustment at national level.
- A process of cooperation is beginning with a view to the modernisation of social protection policies, with due regard for national differences.

Policies aimed at building the single market, such as monetary policy or competition policy are based, as is logical, on a stricter method of coordination as regards the principles to be observed. However, there are other policies which concentrate more on creating new skills and capacities for making use of this market and responding to structural changes. They involve learning more quickly and discovering appropriate solutions. Such policies have resulted in the formulation of a coordination method which is more open to national diversity, the best example of which currently is the so-called "Luxembourg process" relating to employment policies.

It is a case of defining strategic guidelines at European level for coping with structural change and then organising a process whereby Member States emulate each other in applying them, stimulating the exchange of best practices, while taking account of national characteristics. Despite some difficulties, the results obtained have been stimulating and encouraging.

The open method of coordination varies in intensity depending on the subject areas to which it is applied and on how the subsidiarity principle is expressed in each of them. In its most complete form, this open method of coordination consists of the following steps:

- (a) **In the light of diagnosis and evaluation, setting of Europe-wide guidelines with the political commitment to apply them being assumed into at the highest level.**
- (b) **Identifying good practices and reference indicators for benchmarking purposes in these guidelines.**
- (c) **Preparing national plans for applying these guidelines in a suitable way so as to involve all the various protagonists, identifying intermediate goals and learning processes.**
- (d) **Organising the various partnerships responsible and implementing the national plan.**
- (e) **Monitoring and evaluating the results obtained, allowing for discussion and peer pressure and possibly formulation of recommendations.**

In this context, the European Commission initiative programmes may gain additional scope and effectiveness. As well as promoting a typically European dimension, as is their aim, they may play an extremely important role in supporting the whole process of the open method of coordination between Member States. Thus, it will be possible to step up the efforts made on the basis of the Community budget and the efforts made by the Member States, depending on their own circumstances.



Here the European Parliament should also be encouraged to become involved and the other European Union institutions consulted.

If economic and social innovation is to be stimulated, there is also a need for innovation in the political method. This open method of coordination also makes it possible to progress with due regard for diversity. It will have to be applied with the necessary adjustments in new areas, as proposed in the previous sections.

In order to ensure that there is overall coherence and that objectives are the same in all areas in which this method is applied, the Lisbon European Council will have to ask the European Commission to draw up a proposal for a monitoring panel of the most important indicators for structural change, showing their effect on the rate of economic growth and the rate of employment throughout the European Union.

7. COORDINATION OF POLICIES FOR A EUROPEAN STRATEGY

A European growth and employment strategy requires better coordination between macro-economic policies, structural policies and reforms and active employment policies, based on the Cologne, Cardiff and Luxembourg processes.

These processes overlapped in time and their procedures and timetables arose from their beginnings and specific motivations. Taking into account the framework set by the Treaties and the different levels of subsidiarity and specialised Councils they involve, there is justification for preserving them as three distinct processes. However, the time now seems to have come for their coordination, synergy and joint efficiency to be improved.

The Lisbon European Council will have to develop the conclusions adopted at the Helsinki European Council so that the Broad Economic Policy Guidelines (BEPG) carry even more weight as a framework document, as regards not only the various macro-economic policies, but also political and structural reforms, and also the connections with the employment guidelines. The coherence and synergy between these three components must be dealt with explicitly and systematically.

For that purpose, ECOFIN will have to receive contributions from other Council formations, particularly from Labour and Social Affairs, but also namely from Internal Market and Industry, as part of a coordination process subject to the political guidance of the European Council. The Cardiff and Luxembourg processes will make it possible for us to deal with their subject matter in greater detail.

In addition, the BEPG must define the guidelines to be adopted by the EU and the recommendations to the Member States, providing a framework for next year and looking forward to the years ahead, while taking into account recent developments in the Member States.

The importance of the BEPG justifies more substantial involvement by the European Council in their general drafting.



More political weight should also be given to the mechanisms for monitoring the formulation and implementation of recommendations, with the involvement of the relevant specialised Councils.

On the other hand, it will be important to inform and consult the social partners on the basis of the structures provided for in the social dialogue, the Standing Committee on Employment and the macro-economic dialogue, so as to identify the contribution they can make to the guidelines to be adopted and to the implementation of the European Employment Pact.

It will be for the Portuguese Presidency to conduct the first practical exercise in applying this new concept of the BEPG, in terms to be defined by the Lisbon European Council.

Another coordination instrument which must be given more weight is the annual report prepared by the European Commission based on Article 127 of the Treaty, on "Community policies in support of employment", which explains how to use mainstreaming to achieve the aim of employment on the basis of Community policies.

The setting up of an Observatory on Industrial Change on a proposal from the European Commission to be approved by the Lisbon European Council must also reinforce the exchange of best practices for the management of change, with the involvement of the various actors, in particular the social partners and enterprises in general.

The quest for concerted action must involve many other actors in addition to governments and the European Commission, starting with the major institutions such as the European Parliament and national parliaments, the European Central Bank, the social partners, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. A High-Level *Forum* will take place before the June European Council in order to review the various processes and share out responsibility for directing them. The aim is to enhance the content of the European Employment Pact adopted in Cologne. **The Lisbon European Council will consider the possibility of holding this *Forum* annually.**

Finally, such action depends to a large extent on the initiative of the actors in civil society, the social partners, enterprises, associations, regions and the citizens in a European civil society, which we must continue to build.

Europe's capacity to influence its own mode of development depends on all of the above. The Portuguese Presidency is counting on the participation and commitment of all these actors in order to give a new long-term impetus to the construction of Europe. The time has come.

